

CLIPPING IMPRESSO

30/05/2020

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2 - 4
1.3. PRESIDÊNCIA.....	5
1.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	6
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
2.2. JUÍZES.....	8
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	10
4.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	11

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Em decisão unânime, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve o afastamento do prefeito do município de Olho d'Água das Cunhas, Rodrigo Araújo de Oliveira.

MIRANTE

O Covid-19 deixou de luto esta semana a desembargadora Nelma Sarney, por conta do falecimento de seu pai, Telmo Silva, cujo estado de saúde já estava merecendo cuidados especiais há alguns anos.

NELMA e o marido Ronald Sarney, com os filhos, genros e netos, estão isolados em sua paradisíaca casa de praia no lugarejo Caúra, no município de São José de Ribamar.

Roda Viva

Os magistrados e a Academia Maranhense de Letras

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



Do século passado aos nossos dias, não foram poucos os magistrados que tiveram os nomes marcados na cena de nossa intelectualidade.

Com base no livro “História do Tribunal de Justiça do Maranhão”, da autoria do historiador Milson Coutinho, um número expressivo de juizes teve papel de relevo na vida cultural maranhense.

Como cultores das letras, uns mais, outros menos, figuram nomes da estirpe de Francisco Xavier dos Reis Lisboa, Torquato Tasso Coelho de Sousa, Manoel Lopes da Cunha, Carlos Augusto de Araújo Costa, Joaquim Teixeira Junior, Raimundo Públio Bandeira de Melo, Henrique Costa Fernandes, Tácito da Silveira Caldas, Nicolau Dino de Castro e Costa, Raimundo Nonato Corrêa de Araújo Neto, Kleber Moreira de Sousa, José Joaquim Ramos Filgueiras, Milson de Souza Coutinho, Manoel Aureliano Neto, Arthur Almada Lima Filho, Cleones Carvalho Cunha, Lourival de Jesus Serejo Sousa, José Luiz Oliveira de Almeida e Marcelino Chaves Ewerton.

Desse elenco de magistrados, cinco chegaram a ser eleitos membros da Academia Maranhense de Letras: Henrique Costa Fernandes, Milson Coutinho, José Joaquim Filgueiras, Lourival Serejo e Manoel Aureliano Neto, sendo que apenas um teve o privilégio de presidir a Casa de Antônio Lobo, Milson Coutinho, e quatro chegaram ao comando do Poder Judiciário do Estado, Henrique Costa Fernandes, José Joaquim Filgueiras, Milson Coutinho e Lourival Serejo.

Henrique Costa Fernandes

Magistrado, jornalista, professor, poeta e historiógrafo, nasceu em Bre-

Do século passado aos nossos dias, não foram poucos os magistrados que tiveram os nomes marcados na cena de nossa intelectualidade

jo. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1903. Formado, advogou em Manaus e São Luís, onde ingressou na política, elegendo-se deputado estadual, nas legislaturas de 1916-1917 e 1918-1919, sendo vice-presidente do Poder Legislativo do Estado, após o que trocou a atividade parlamentar pela magistratura, prestando serviços nas comarcas de Brejo e de São Luís.

Nomeado desembargador em março de 1930, cargo que perdeu por ato da Revolução de 30, mas reconquistado por via judicial em 1932, sendo nomeado para o Tribunal Regional Eleitoral. Ocupou a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 1941-1942.

Pela sua atuação na imprensa maranhense, foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira 10, patroneada por Antônio Henriques Leal, empossado a 7 de julho de 1948. Escreveu várias obras de cunho histórico, ressaltando-se o valoroso livro “Administrações Maranhenses”.

Milson de Souza Coutinho

Nasceu na cidade de Coelho Neto, em 9 de março de 1939. Advogado, jornalista, professor, ensaísta e historiador.

Fez o curso secundário no Liceu Maranhense e o superior na Faculdade de Direito de São Luís. Na imprensa maranhense, trabalhou como re-

dator no Diário da Manhã, O Imparcial, Jornal Pequeno, Jornal do Dia, Diário da Noite, O Debate e O Estado do Maranhão.

Como advogado, prestou serviços no Arquivo Público do Maranhão, em diversas prefeituras do interior do Estado, ocupou os cargos de Procurador dos Feitos da Fazenda Pública, Procurador-Geral da Câmara Municipal de São Luís e Assessor Jurídico da Assembleia Legislativa.

Ingressou na magistratura em 1994, como desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi vice e presidente. Do Tribunal Regional Eleitoral, também foi vice e presidente.

Conselheiro da OAB-MA, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, das Academias Sambentuense, Caxiense, Imperatrizense, de Letras Jurídicas e da Maranhense de Letras, onde ocupa a cadeira 15, patroneada por Odorico Mendes. Eleito em 10.9.1981, presidiu a AML em 2010.

Dono de vasta e fecunda bibliografia, pontificou obras de realce da historiografia maranhense.

José Joaquim Ramos Filgueiras

Nasceu em São Luís, a 20 de abril de 1928. Coursou o primário e o secundário na capital maranhense e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Luís em 1950.

Jornalista, professor, poeta e escritor. Começou a vida profissional como Promotor Público e ingressou na magistra-

tura em 1955, exercendo a judicatura em várias comarcas, com brilhantismo e retidão moral, condições que o conduziram a membro e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, do qual foi vice e presidente.

Professor titular de Direito Público e Privado da Universidade Estadual do Maranhão, presidiu a Associação dos Magistrados do Maranhão.

Na juventude, participou de diversos grêmios literários e de movimentos culturais, credenciais que o levaram a ser eleito em 26 de junho de 1986 a membro da Academia Maranhense de Letras, onde ocupou a cadeira 23, patroneada por Graça Aranha. Publicou o livro Caminhantes.

Lourival de Jesus Serejo Sousa

Nasceu em Viana, a 18 de julho de 1951. Formou-se em Direito, em 1976, especializou-se em Direito Público, pela Universidade Federal do Ceará, e em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal de Pernambuco.

Promotor de Justiça e em 1981. Ingressou na magistratura, com titularidade nas comarcas de Arari, Brejo e Imperatriz.

Como magistrado, exerceu os cargos de diretor da Escola Superior da Magistratura, juiz auditor militar do Maranhão, juiz auxiliar da Corregedoria, membro e presidente do Tribunal Regional Eleitoral e desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, do qual foi vice e é o atual presidente.

Membro das Academias de Letras

Jurídicas, Imperatrizense de Letras, Vianense de Letras e Maranhense de Letras, para a qual se elegeu em 17 de junho de 2004, ocupando a cadeira 35, patroneada por César Marques.

Sua produção bibliográfica é sobre o modo quantitativa e qualitativa, com obras literárias e jurídicas.

Manoel Aureliano Neto

Nasceu em 1º de dezembro de 1947. Fez o vestibular na Faculdade de Direito de São Luís e concluiu o curso na Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1971.

Fez especialização em Direito Empresarial, pela Faculdade Cândido Mendes, em Educação, pela Universidade Federal do Paraná, em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal de Pernambuco.

Teve atuação na advocacia, no Rio de Janeiro e Imperatriz, e exerceu o magistério superior nas Universidades Federal e Estadual do Maranhão.

Membro da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Academia Imperatrizense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, e da Academia Maranhense de Letras, nesta, ocupa a cadeira 9, patroneada por Gonçalves Dias. Autor de livros jurídicos e de crônicas.

RECADO OU CONSELHO AO GOVERNADOR FLÁVIO DINO:

REVERTA A SUA POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO ISOLAMENTO EM SÃO LUÍS E DECRETE UM NOVO FECHAMENTO DO COMÉRCIO DA CIDADE, SOB PENA DOS ÍNDICES DE LETALIDADE VOLTAREM A CRESCER NO MARANHÃO.



O PRESIDENTE do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, membro da Academia Maranhense de Letras, apresenta a nova edição do seu consagrado livro "Pescador de Memórias", obra premiada pela conceituada Academia Internazionale "Il Convivio", com sede em Castiglione de Sicilia, na Itália. No livro, Lourival Serejo traz lembranças do cotidiano da cidade de Viana, sua terra natal, conhecida pela pesca artesanal.

TAPETE VERMELHO

Evandro Junior

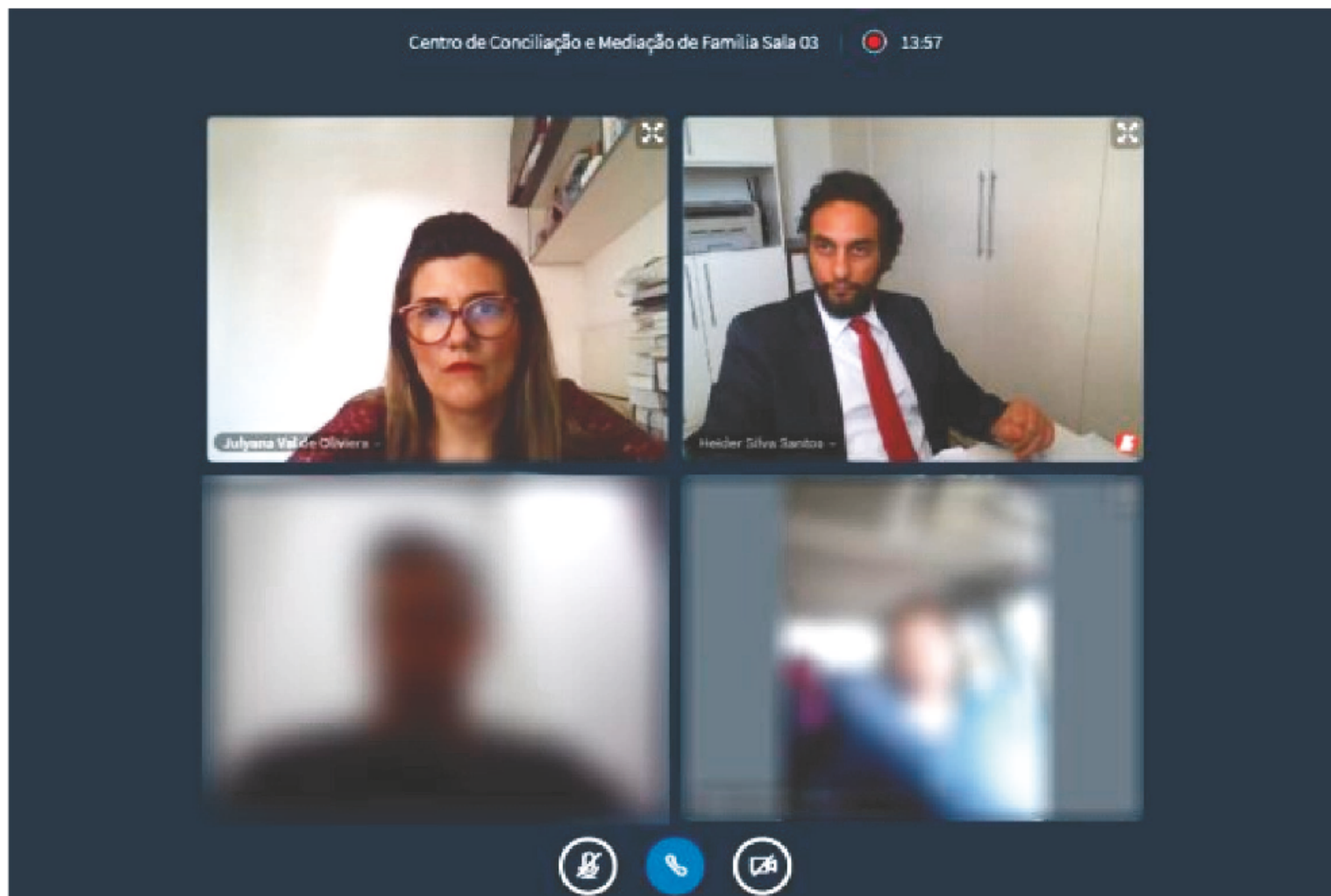
 evandrojr@mirante.com.br

Doação de máscaras

Segue com sucesso a campanha solidária organizada por um grupo de amigos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão. Eles estão doando máscaras de acetato adquiridas a partir de doações. A ideia surgiu do grupo de WhatsApp criado pelos servidores, todos ligados à Associação de Técnicos e Auxiliares Judiciários do TJMA.

PROJETO

DPE-MA garante divórcio on-line nos EUA



O DIVÓRCIO ASSISTIDO ACONTECEU EM AUDIÊNCIA ON-LINE COM UMA CIDADÃ RESIDENTE NOS ESTADOS UNIDOS E UM MARANHENSE

Em mais uma audiência remota de conciliação pelo projeto “Reconectando Pessoas: Mediações Virtuais em Tempos de Distanciamento Social”, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) efetivou o divórcio consensual de casal em que o assistido mora em São Luís e a, agora, ex-cônjuge, reside em Massachussetts, nos Estados Unidos. O encontro virtual foi conduzido pelo defensor público que atua no Núcleo de Família da DPE/MA, Heider Silva Santos, e pela conciliadora judicial do TJ, Julyana de Oliveira.

Neste contexto de distanciamento físico, não fosse o projeto, o resultado final fatalmente duraria mais tempo, em razão da formalidade e dos prazos de intimação. Outro facilitador da operação foi a condição de os dois litigantes não possuírem filhos, o que simplificou o processo, tendo em vista a colaboração de ambos.

O projeto é fruto de parceria entre Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça do Maranhão, contando com a estrutura já existente dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejusc) de forma que as conciliações re-

alizadas serão prontamente encaminhadas para homologação judicial.

Os cidadãos que necessitem dos serviços na área de família deverão acessar o site da Defensoria, clicar no banner com o nome do projeto, ler as orientações quanto à documentação necessária e o passo-a-passo de preenchimento do formulário digital disponibilizado na página. Outra opção é entrar em contato pelo e-mail conciliacao@ma.def.br, ou também, pelo número de WhatsApp (98) 99242-0867, com funcionamento de segunda a sexta, das 8h às 17h.

Empresários debatem "Soluções de Conflitos na Pandemia"



Em tempos de pandemia é crescente entre empresários de todos os tamanhos e segmentos a necessidade de renegociar com fornecedores e muitas vezes fazer acordos para evitar conflitos em tempos tão nervosos e difíceis. E para ajudar lojistas, empresários e profissionais a terem mais informações sobre o tema "Negociação e Conciliação para Soluções de Conflitos na Pandemia" a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís promove a sua Live semanal no instagram sob o comando da jornalista Luiza Lina. O entrevistado dessa terça-feira, 2, às 11h, é o juiz de Direito, Alexandre Abreu (foto), coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA e um expert no tema Conciliação. Para participar, basta acessar o Stories ao Vivo do perfil @cdlsaoluís.

Marwelblog



Feliz Aniversário!

Para o juiz de Direito, titular da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar de Oliveira Costa Junior, pelo seu aniversário neste sábado de 30 de maio. Vale lembrar que o nobre magistrado já foi diretor do Fórum de Imperatriz, onde fez muitos amigos entre os quais o 50º BIS e a escolinha do Marwel, onde o M.M junto aos comandantes do 50º BIS ministrava palestra no aniversário da pioneira. Na foto, nosso ilustre aniversariante está com sua esposa Luisa Helena Bezerra Costa.

Comarca de Bacabal suspende prazos processuais até o dia 7 de junho

A Comarca de Bacabal suspendeu, na quinta-feira, dia 28, os prazos dos processos judiciais eletrônicos (PJe) e físicos, no âmbito das unidades jurisdicionais, tendo em vista a decretação do estado de calamidade pública e imposição de medidas restritivas de distanciamento social para a contenção da transmissão do novo Coronavírus no município de Bacabal.

Portaria n.º 1916/2020 assinada pela juíza Vanessa Ferreira Pereira, titular da 1ª Vara e diretora do fórum, estabelece a suspensão até o próximo dia 7 de junho.

Na quarta, 27, a Comarca de Bacabal também divulgou a Escala de Plantão Judiciário do mês de junho. O Plantão

Judiciário da Comarca de Bacabal funciona no Fórum Dr. Deusimar Freitas de Carvalho, e atende no período noturno sempre a partir das 18h nos dias úteis, e em tempo integral nos finais de semana e feriados. Ao buscar os serviços do plantão, os demandantes devem primeiramente fazer contato com os servidores plantonistas, responsáveis por receber e dar encaminhamento das urgências aos juízes. O contato com as equipes deve ser feito pelos telefones celulares disponibilizados a seguir.

Período: 1º a 07/06/2020 – Juiz Marcello Frazão Pereira
Secretária: Bianca Noronha Albuquerque / Contato: (86) 99925-9650;

Período: 08 a 14/06/2020 – Juiz Jorge Antonio Sales Leite

Secretário: Claudionor de Carvalho Júnior / Contato.: (86) 99991-5180;

Período: 15 a 21/06/2020 – Juiz João Paulo Mello

Secretária: Janete Maria Aguiar de Moura Leal / Contato: (99) 98827-2966;

Período: 22 a 28/06/2020 - Juíza Glaucia Helen Maria de Almeida

Secretária: Elba Freitas Clarintino Sampaio / Contato: (99) 99219-8148;

Período: 29 e 30/06/2020 – Juiz Marcelo Silva Moreira

Secretário: Sérgio Ferreira Valverde / Contato: (99) 98154-1011.

Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude reúne-se com juízes do Estado

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CLJ/TJMA), desembargador José de Ribamar Castro, reuniu-se com grupo de juízes com competência para julgar processos que envolvem crianças e adolescentes, nessa quinta-feira (28).

Durante a reunião, o desembargador José de Ribamar Castro apresentou um diagnóstico da Coordenadoria

da Infância e Juventude aos juízes, que expuseram, em seguida, as necessidades e demandas quanto às reais condições das suas respectivas varas judiciais, apresentando projetos e ações a serem desenvolvidos.

Os assuntos debatidos na sala de videoconferência trataram de temáticas relacionadas à família acolhedora; alienação parental; sala de visitação assistida (nos

casos de alienação parental); sala de depoimento especial para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunha de abuso e violência sexual; revitalização das salas de depoimento especial e o oferecimento de cursos e treinamentos para servidores (capacitação para atuarem como facilitadores) e magistrados para a condução dos depoimentos especiais.